



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Paracatu

Processo nº 2100.01.0010398/2023-75

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2024.

Assunto: ARQUIVAMENTO PROCESSO INTERVENÇÃO - FALTA DE APRESENTAÇÃO IC

DESPACHO

Venho apresentar despacho relativo ao processo **SEI 2100.01.0010398/2023-75**, o qual o empreendedor está pleiteando uma supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em uma área de 7,00 ha, na **Fazenda Bravos**, em nome de **IDACIR LUIZ SANTIN**, localizada no município de **Guarda-Mor/MG**, a fim de que seja apreciado pelos Senhores.

Compulsando os presentes autos verificou-se a presença de ofício de requisição de informações complementares que não foram atendidas até o presente momento pelo empreendedor.

Sobre o tema, o atual Decreto Estadual nº 47.749/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, faz as seguintes previsões:

Art. 19 – Poderão ser solicitadas informações complementares pelo órgão ambiental, que serão comunicadas ao empreendedor em sua completude, **uma única vez**, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do requerimento de **intervenção ambiental**.

§ 1º – A solicitação de informações complementares de intervenções ambientais vinculadas a processos de LAC e LAT deverá ser feita concomitantemente com as informações complementares necessárias ao licenciamento.

§ 2º – **O prazo para o atendimento das informações complementares em processos de intervenções ambientais** de empreendimentos ou atividades passíveis de LAS ou não passíveis de licença ambiental **será de sessenta dias, sob pena de arquivamento do processo de autorização para intervenção ambiental**.

§ 3º – O prazo a que se refere o § 2º poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa.

§ 4º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no § 3º, fica esse automaticamente prorrogado por mais sessenta dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§ 5º – O prazo previsto no § 2º poderá ser sobrestado quando as informações solicitadas exigirem prazos para elaboração superiores, desde que o empreendedor apresente cronograma de execução a ser avaliado pelo órgão ambiental competente.

Desta forma, foi constatado o seguinte vício: fora recebido pelo empreendedor o **Ofício IEF/NAR PARACATU nº. 218/2023 (documento 71679160)** no dia 24/08/2023 com pedido de informações complementares, sendo elas: 1= **Apresentar nova proposta de alteração de reserva legal, levando em consideração as seguintes ponderações: Ponderações citadas no ofício;** 2= **Apresentar retificação do CAR, devendo ajustar os seguintes pontos: Pontos citados no ofício;** 3= **Apresentar Planta topográfica em formato PDF e arquivos digitais, contendo as alterações realizadas em função dos ajustes solicitados nos itens 1 e 2;** 4 = **Apresentar comprovação do cumprimento dos critérios dos Artigos 12 e 13 do decreto estadual Nº 47749/2019, referente à autuação por intervenção sem autorização observada em campo e relatada no Auto de Fiscalização nº 25 e 29;** 5 = **Apresentar Novo Requerimento retificando as requisições, devendo incluir a regularização das intervenções ambientais constatada e descrita no Auto de Fiscalização nº 25, bem como os dados no novo auto de infração, novos volumes e taxas envolvidas.**

Foi solicitado por meio de **Ofício documento SEI 74954143** a prorrogação do prazo para apresentar as informações complementares, a justificativa foi "Ocorre que o prazo concedido foi ainda insuficiente para elaboração da documentação a ser apresentada, onde fiquei restringida a alguns documentos, necessárias para elaboração de partes técnicas referentes à regularização". Tal pedido foi deferido pelo órgão ambiental, contudo já transcorreu o prazo de 120 dias sem o devido atendimento das informações solicitadas.

A **ausência** da apresentação das informações complementares solicitadas inviabiliza a concessão da autorização para a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, em uma área de 7,00 ha, e o **descumprimento do pedido de informações complementares exige o arquivamento do presente feito.**

Desta forma, a Administração pode **declarar extinto o processo quando** exaurida sua finalidade ou **quando o objeto da decisão se tornar impossível**, inútil ou prejudicado por fato superveniente conforme previsão contida no artigo 50 da Lei nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Neste sentido o processo não possui condições de prosseguir seu trâmite em razão dos vícios insanáveis narrados, e ante a impossibilidade de suprimento de ofício da omissão, de acordo com o parágrafo único do artigo 28 da Lei estadual 14.181/2002: *Art. 28 - O interessado ou terceiro serão intimados se necessária a prestação de informação ou a apresentação de prova. Parágrafo único - Não sendo atendida a intimação, a que se refere o "caput" deste artigo, poderá o órgão competente suprir de ofício a omissão, se entender relevante a matéria, ou determinar o arquivamento do processo.*

Assim, opino pelo **ARQUIVAMENTO** do pleito do requerente, de acordo com as legislações supracitadas, estando, portanto, apto para ser encaminhado à deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Dias de Araújo, Servidor Público**, em 11/01/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **80234930** e o código CRC **A1FC9611**.

Referência: Processo nº 2100.01.0010398/2023-75

SEI nº 80234930



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Noroeste - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Decisão IEF/URFBIO NOROESTE - NUREG nº. 2100.01.0010398/2024

Unai, 06 de março de 2024.

FOLHA DE DECISÃO

TIPO DE INTERVENÇÃO: Processo Administrativo para exame de Autorização para Intervenção Ambiental e Alteração da localização de Reserva Legal Regularizada:

- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo 7,0000 hectares;
- Alteração da localização da RL dentro do próprio imóvel rural que contem a RL de origem 7,0000 hectares.

EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO: Idacir Luiz Santin/Fazenda Bravos

MUNICÍPIO/UF: Guarda-Mor/MG

Proc. sei!MG nº.: 2100.01.0010398/2023-75

<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> INDEFERIMENTO		
<input type="checkbox"/> SOBRESTADO		
<input type="checkbox"/> BAIXADO EM DILIGÊNCIA		
<input type="checkbox"/> RETIRADO DE PAUTA		
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE VISTA(S) PELO CONSELHEIRO(AS):		
<input checked="" type="checkbox"/> ARQUIVAMENTO		

☐ EXCLUSÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS
☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO MEDIDAS
MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS
☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DO DAIA:
☐ DEFERIDA - VALIDADE: _____ ☐ INDEFERIDA

☐ EXAME DE RECONSIDERAÇÃO / RECURSO A COPA
☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO

OBSERVAÇÕES:



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 06/03/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83415996** e o código CRC **4BC38A0D**.

Referência: Processo nº 2100.01.0010398/2023-75

SEI nº 83415996